

Este texto foi redigido como introdução à tese de Livre-Docência: *Aumento da interação adulto-criança e criança-criança durante a separação e após o reencontro com a mãe*, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, em 1983.

O APEGO E AS REAÇÕES DA CRIANÇA À SEPARAÇÃO DA MÃE

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Clotilde Rossetti Ferreira

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

RESUMO

Nesta revisão são apresentadas as idéias iniciais sobre apego ou ligação afetiva da criança a sua mãe. Em estudos sobre condições extremas de privação materna haviam sido verificados sérios distúrbios no desenvolvimento afetivo e cognitivo das crianças. Pesquisas posteriores questionaram se tais efeitos não poderiam ser causados por fatores diversos, como falta de estimulação física e social ou carência alimentar. Estudos experimentais com macacos contribuíram para uma melhor compreensão do problema por permitirem um maior controle das variáveis envolvidas.

A partir de uma análise dos estudos atuais sobre reações da criança à separação da mãe em diferentes contextos e situações é discutida a conceituação de apego, suas funções e os fatores que influenciam seu desenvolvimento, enfatizando-se também a importância da interação entre companheiros no processo de socialização da criança. Para finalizar é apontada a relevância destas questões para uma reflexão crítica sobre as vantagens e desvantagens da educação de crianças em creches.

Este trabalho consiste numa revisão sobre o conceito de apego ou ligação afetiva da criança a sua mãe, sobre suas reações à separação da mãe e os efeitos da separação ou privação, assim como sobre as divergências teóricas e práticas que têm surgido neste campo.

Dada a nossa convicção de que as idéias não surgem no vácuo, mas estão inseridas e são estimuladas e influenciadas pelo momento histórico em que surgem, iniciaremos esta introdução, descrevendo o contexto histórico em que ocorreu a evolução inicial das idéias sobre o apego ou ligação afetiva (attachment)¹.

SUMMARY

The evolution of the ideas about attachment is presented based on the initial studies about maternal deprivation in which the child's cognitive and affective development was seriously disturbed. However, this cause-effect relationship has been questioned by recent studies which suggest that the lack of physical and social stimulation as well as malnutrition may be responsible for some of the observed effects. By allowing a better control of the variables involved, experimental monkey studies contributed for a better understanding of this problem.

Based on the analysis of the reaction of the child to separation in various contexts and situations, the concept of attachment, its functions as well as the factors involved in its development are discussed. The importance of peer interaction for the development of sociability is emphasized.

Finally, the relevance of these themes for a discussion about the advantages and disadvantages of daycare is suggested.

EVOLUÇÃO INICIAL DAS IDÉIAS SOBRE APEGO²

A evolução inicial das idéias sobre apego ou ligação afetiva, que a criança estabelece com relação a sua

1 A palavra "attachment" tem sido traduzida de maneiras diversas, sendo as mais frequentes "apego" e "ligação afetiva". Optamos pela primeira tradução que nos parece mais simples e direta, permitindo o uso do verbo "apegar" tanto em sua forma ativa como passiva.

2 Este trecho foi desenvolvido com a colaboração de Elias da Rocha Barros.

mãe, e dos estudos sobre efeitos da separação e/ou privação materna sobre o desenvolvimento e a personalidade futura da criança, está estreitamente ligada à história da Europa nas décadas de 30 e 40. A concepção de que as relações afetivas existentes no contexto familiar, e especialmente as mantidas entre mãe e filho por razões de ordem sócio-cultural, são fatores determinantes da personalidade adulta, já havia sido introduzida há tempos, sobretudo devido à influência da teoria psicanalítica. Até então, tais idéias derivam de estudos com pacientes adultos que relatavam suas experiências infantis, as quais pareciam estar interferindo em seu comportamento atual. Em um estudo retrospectivo com delinqüentes que demonstravam grande dificuldade em estabelecer um relacionamento afetivo, sendo por isso extremamente difíceis de tratar, Bowlby encontrou uma infância caracterizada por relações perturbadas e/ou interrompidas com a mãe. Tipicamente, esses indivíduos, quando crianças, haviam sido jogados de instituição em instituição ou adotados e rejeitados por várias pessoas consecutivamente (Bowlby, 1940).

O início da segunda Guerra Mundial, trazendo consigo a mobilização de milhões de homens e mulheres no esforço bélico, exigiu a criação, em toda a Europa, de instituições destinadas ao atendimento dos órfãos de guerra ou simplesmente de crianças separadas de seus pais, os quais combatiam ou trabalhavam nas várias frentes de luta. Na Inglaterra foram organizadas diversas creches ou residências infantis, sendo que algumas delas ficaram sob a responsabilidade de psicanalistas e estudiosos das ciências do comportamento, como a dirigida por Anna Freud. Tais instituições ofereceram uma excelente oportunidade para se observar e estudar diretamente os efeitos da separação ou perda dos pais sobre o desenvolvimento social e emocional das crianças. As condições da época, entretanto, não permitiam a realização de estudos sofisticados e o método psicanalítico tinha suas limitações para assumir um empreendimento desse tipo. Mesmo assim, vários relatórios foram publicados, apontando condições danosas para a personalidade da criança como efeito da separação (Burlingham & Freud, 1942, Bowlby, 1940, 1944, Spitz, 1945).

Com o término da II Guerra, surgiu a necessidade de um esforço generalizado de reorganização da produção e reconstrução das cidades destruídas pelo conflito. Essa tarefa imensa exigia abundante mão-de-obra e a mulher dificilmente poderia ficar alheia a esse esforço. Além disso impunham-se duas tarefas igualmente importantes e prementes: recompor a população profundamente atingida pelos milhões de combatentes mortos e desenvolver um programa de reabilitação para órfãos de guerra. Para atender a esses objetivos, o governo deveria promulgar leis que por um lado favorecessem um aumento da natalidade e por outro facilitassem o trabalho feminino. Creches foram criadas para que as mulheres pudessem ter filhos, ficando ao mesmo tempo livres para trabalhar pela reconstrução da Europa. Os governos que se seguiram à vitória aliada apontavam para essa política. A vitória trabalhista na Inglaterra, da Frente Popular na França, o crescimento socialista na Itália, as vitórias dos sociais democratas nos países nórdicos, tendiam a favorecer essa opção. Pairava, entretanto, nos meios médicos

e universitários o temor despertado pelos relatórios referentes aos efeitos desastrosos que a separação da mãe poderia acarretar para o desenvolvimento da personalidade da criança.

Diante desse intenso debate político-científico, a Organização Mundial de Saúde (OMS) interveio, encomendando um estudo ao psicanalista inglês John Bowlby, que até hoje é reconhecido como um dos teóricos mais importantes na área. Esse trabalho, publicado em 1951, enfatizou os efeitos desastrosos da separação e do desenvolvimento infantil em creches, instituições ou hospitais. A partir desses dados, Bowlby postulou que, para desenvolver-se normalmente, a criança precisaria ter durante os primeiros anos de vida uma relação afetiva contínua e íntima com sua mãe ou mãe substituta permanente. A ênfase foi colocada na *continuidade* dessa relação com *uma* pessoa, sugerindo, como corolário, que deveria ser evitado o cuidado materno partilhado ou múltiplo para crianças menores de três anos (Bowlby, 1951). Mais recentemente, Bowlby (1973) acrescentou que essa relação íntima, afetiva e contínua com a mãe, em que ambas encontrem satisfação, é imprescindível para a saúde mental do indivíduo. Segundo ele, várias formas de neuroses e desordens de caráter, sobretudo psicopatias, podem ser atribuídas seja à privação do cuidado materno, seja à descontinuidade na relação da criança com uma figura materna durante os primeiros anos de vida.

O relatório de Bowlby teve profundo impacto nos meios científicos e culturais da época, sobretudo nos países anglo-saxões, e forneceu argumentos teóricos para que se estabelecesse um freio sobre o desenvolvimento de uma política de facilitação do trabalho feminino, através da abertura de creches. Enquanto isso, a opção por essa política já havia sido decidida e implantada na França, Itália e países nórdicos.

A polêmica em torno do problema, todavia, continuou e continua até hoje, impulsionada por interesses diversos e muitas vezes em conflito. A mulher, sobretudo nos países desenvolvidos, passou a reivindicar seu direito de realização profissional fora do lar, fazendo com que se intensificasse a busca de formas adequadas de cuidado materno substitutivo. Nos países sub-desenvolvidos, as condições sócio-econômicas cada vez mais precárias da classe média e particularmente da baixa, tem exigido a incorporação da força de trabalho feminino para garantir a mera sobrevivência física da família. O problema tem se agravado pelas migrações de populações rurais para centros urbanos industrializados, as quais ocasionam a redução ou destruição da rede social e familiar de apoio com que as mães de famílias extensas podiam contar para as auxiliar na criação e educação de seus filhos.

Por outro lado, a entrada da mulher no mercado de trabalho veio sobrecarregar um mercado já restrito em um momento em que o desemprego aumenta dia-a-dia, na maioria dos países, devido à crise do capitalismo.

É nesse contexto complexo, onde há interesses divergentes em jogo, que se tem desenvolvido a discussão quanto às vantagens e desvantagens da criação de crianças pequenas em instituições tipo creches, casas de crianças (em Kibutzin em Israel) ou mesmo orfanatos.

A formulação das condições mínimas adequadas

ao desenvolvimento da criança, nos primeiros anos de vida, que deveriam ser implementadas nessas instituições, intensificou-se nos últimos anos devido a sua grande relevância social. Um número considerável de estudos e revisões tem sido publicado sobre o assunto, procurando avaliar as diversas variáveis em jogo e suas conseqüências a curto e longo prazo sobre o desenvolvimento integral da criança (Bronfenbrenner, 1979, Clarke & Clarke, 1976, Kagan, Kearsley & Zelazo, 1978, Rossetti Ferreira, 1981, Webb, 1977).

SERIA A PRIVAÇÃO DA MÃE A PRINCIPAL CAUSA DOS DISTÚRBIOS OBSERVADOS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS CRIADAS EM INSTITUIÇÕES?

Embora houvesse consenso entre diversos autores com respeito aos efeitos perniciosos da criação de crianças pequenas em instituições tipo creche e orfanato, dado que essas crianças apresentavam em geral um retardo ou alterações em seu desenvolvimento físico, mental e emocional, nem todos concordavam com a interpretação de que a separação ou privação da mãe seria a principal causa de todos os distúrbios observados.

Já na década de 50 e início de 60, Casler (1961), O'Connor (1956, 1968) e Yarrow (1961, 1964), a partir da revisão de vários estudos feitos em instituições para crianças em regime de internato, salientaram que o ambiente das instituições caracterizava-se por uma carência geral de estimulação. Os ambientes eram pobres, as paredes nuas, de cores tristes e homogêneas, notando-se uma ausência quase completa de brinquedos. A estimulação social era quase inexistente, com uma razão adulto-crianças muito baixa e quase nenhuma relação individualizada entre o adulto e a criança. Ademais a alimentação era muitas vezes precária e inadequada para as necessidades de desenvolvimento das crianças³.

As crianças, portanto, não estavam sendo submetidas apenas à privação materna. O'Connor (1956) sugeriu que o retardo observado no desenvolvimento cognitivo e de linguagem era devido muito mais à privação geral de estímulos a que a criança estava submetida do que à separação ou privação da mãe propriamente dita.

Aliás, Rutter (1972) acentua a importância de se discriminar que efeitos estão sendo atribuídos a quais causas. Assim, o déficit no desenvolvimento físico, que fazia com que essas crianças aparentassem menos idade do que realmente tinham, deveria ser atribuído basicamente à falta dos nutrientes necessários para seu crescimento, dada a alimentação insuficiente e inadequada oferecida na Instituição, e também à provável desnutrição sofrida intra-útero. Esse tipo de deficiências ou retardo físico, mental ou de linguagem não foi observado em crianças criadas na Inglaterra em creches residenciais de boa qualidade (Tizard & Tizard, 1971). Essas instituições mostraram-se satisfatórias em termos de estimulação sensorial e social, embora nelas as crianças fossem cuidadas indiscriminadamente por várias pessoas, tendo tido uma média de 50 "caretakers"⁴ ou seja 50 pessoas diferentes cuidando diretamente delas, seja simultânea, seja sucessivamente, até os quatro anos de idade. Tizard & Rees (1975) sugerem entretanto que a dificuldade de

estabelecer um contato mais estável e profundo com outras crianças e adultos, verificada nessas crianças, assim como sua tendência à busca indiscriminada de atenção e contato físico, mesmo com estranhos, estaria diretamente relacionada com a privação específica da mãe, ou pelo menos com a privação de uma ou poucas figuras maternas substitutivas estáveis.

Tais observações apontam a importância e a necessidade de considerar separadamente cada tipo de privação a que foram submetidas as crianças e cada tipo de distúrbios que apresentam, antes de se propor possíveis relações de causa e efeito.

Rutter, (1979) fez uma reavaliação do problema em face dos estudos mais recentes, ressaltando também a necessidade de se analisarem separadamente os efeitos de separações de uma ligação afetiva já estabelecida e as conseqüências do não estabelecimento dessa ligação pela ausência ou descontinuidade da(s) figura(s) de apego. Com respeito à separação ou perda dos pais ou da mãe especificamente, Rutter, (1966, 1972), já havia sugerido a existência de um grande número de variáveis de outra ordem em jogo, com base em seus próprios estudos com famílias em que um dos membros apresentava problemas de saúde física ou mental. Dentre essas variáveis, Rutter cita doenças na família ou sua desestruturação seja por morte de um de seus membros, ou dificuldades econômicas sérias, conflitos freqüentes entre os cônjuges ou destes com a sociedade. A reação da criança, nesses casos, não poderia ser atribuída simplesmente à situação de separação.

Uma visão mais clara sobre o efeito relativo de cada variável exigia pois a realização de estudos experimentais que permitissem um maior controle de algumas dessas variáveis. Diversos problemas éticos e metodológicos, entretanto, criavam empecilhos para tal tipo de pesquisa com sujeitos humanos.

ESTUDOS COM MACACOS

Os estudos com primatas sub-humanos foram particularmente importantes nesse sentido, por permitirem a manipulação experimental de diversas variáveis. É oportuno ressaltar, contudo, que os resultados obtidos com uma espécie animal não devem nem podem ser diretamente generalizados para outra espécie semelhante e muito menos para o homem.

No decorrer desta revisão a respeito da evolução dos estudos sobre apego e os problemas metodológicos neles envolvidos, serão feitas várias referências a pesquisas com macacos que podem contribuir para uma discussão mais rica a respeito dos dados obtidos com humanos,

3 É interessante notar que esse é o ambiente que temos em geral encontrado nas creches da região de Ribeirão Preto que atendem à população da classe baixa (Rossetti Ferreira, 1981).

4 Infelizmente em português não temos uma palavra para traduzir "caretaker" ou "caregiver". Isto dificulta sobremaneira a referência à ou às pessoas que cuidam da criança, em substituição à mãe. Por isso usaremos, quando necessário, o próprio termo inglês.

ressalvando-se sempre o cuidado necessário nessa comparação.

Estudos em condições extremas de privação

Os estudos de Harlow e colaboradores (Harlow, 1961; Harlow & Harlow 1969; Suomi & Harlow, 1971, 1975) com macacos Rhesus criados no laboratório contribuíram muito para a análise dos efeitos a curto e a longo prazos de diferentes condições de criação dos macaquinhos, variando de isolamento completo, ou seja, privação total da mãe e de companheiros, até contato normal com a mãe e experiência regular com companheiros, desde as primeiras semanas de vida.

As condições de isolamento tiveram efeitos proporcionais à duração da privação e o grau de isolamento, sendo que, tanto a privação materna como a criação apenas com a mãe, sem a presença de companheiros, provocaram vários distúrbios no comportamento dos macaquinhos, os quais persistiram até a adolescência e idade adulta. Os animais criados em isolamento completo apresentaram pouca atividade exploratória, tendendo a permanecer parados e encolhidos a um canto. Quando colocados em companhia de outros macacos, mostraram-se incapazes de estabelecer o tipo de relacionamento social e/ou sexual com indivíduos da mesma espécie, o que tem sido observado entre macacos Rhesus criados no laboratório.

Os sujeitos experimentais apresentaram pouco jogo e nenhum comportamento afiliativo, evitando ativamente qualquer contato, refugiando-se em um canto e reagindo com agressão intensa e inadequada à aproximação de outros (Harlow & Harlow, 1969).

Fêmeas inseminadas artificialmente mostraram também um padrão alterado de relacionamento com o filho, caracterizado por indiferença e hostilidade, apresentando outrossim um maior número de rejeições e punições frente a suas tentativas de contato (Harlow, et al.; 1966). Esse padrão pareceu melhorar na segunda prole, como se a experiência com o primeiro filhote tivesse um efeito terapêutico sobre a mãe.

Certa reversibilidade dos efeitos da experiência de isolamento completo nos primeiros seis meses de vida foi observada, introduzindo animais mais novos na gaiola do animal experimental. Macaquinhos de 3 a 4 meses estabelecem contatos sociais sem demonstrarem agressão, e foram por isso mais aceitos pelo macaco isolado, que mostrava grande perturbação diante do comportamento mais agressivo dos companheiros da mesma idade. Os filhotes foram introduzidos três vezes por semana por um período de seis meses na gaiola dos isolados, que ao final do experimento já apresentavam um comportamento social e sexual normal (Suomi, Harlow, McKinney, 1972, Suomi & Harlow, 1975).

A introdução de mães artificiais, simulacros grosseiros de pano, nas gaiolas dos animais criados em isolamento completo, mostrou-se capaz de reduzir um pouco o efeito imediato do isolamento, induzindo no filhote comportamentos de apego como agarramento e manutenção de proximidade, sobretudo quando um novo estímulo era introduzido na gaiola (Harlow & Zimmerman, 1959). Um simulacro de metal mostrou-se muito menos

efetivo, mesmo quando fonte provedora de leite. Na presença das duas mães artificiais de metal e pano, o macaquinho mostrava nítida preferência por esta última, conservando-se encostado ou agarrado a ela. Aproximava-se da mãe de metal, na qual foi colocada a mamadeira, apenas quando faminto, retornando rapidamente para junto da de pano. A partir desse estudo, Harlow questionou a idéia de que a capacidade de satisfazer a fome, necessidade primária do filhote, fosse a característica mais importante da mãe com base na qual se estabeleceria uma relação de apego entre filhote e mãe. Este ponto, de grande importância teórica, será retomado mais adiante quando forem discutidos os estudos com humanos.

Estudos a longo prazo mostraram, entretanto, que simulacros de mãe de qualquer tipo eram ineficientes no sentido de prevenir os efeitos adversos da criação em isolamento completo sobre o comportamento do macaco Rhesus adulto.

Separações de curta duração

Hinde e seu grupo em Cambridge, Inglaterra, focalizaram mais especificamente o desenvolvimento da interação mãe-filhote entre macacos Rhesus e a reação do macaquinho a eventos planejados de separação da mãe. Os macaquinhos foram criados em grupos familiares, contendo um macho, algumas fêmeas e filhotes de idade variada mantidos em gaiolas de grandes dimensões colocadas a pouca distância uma das outras, de forma a permitir alguma interação entre os membros de diferentes famílias. Nessa situação, Hinde (1969) e Hinde & Spencer-Booth (1967, 1971), analisaram a contribuição relativa da mãe e do filhote para a grande proximidade mantida quase que continuamente entre eles durante os primeiros meses de vida do animal e para o distanciamento progressivo que se verificava com o aumento da idade. Eles sugeriram que a responsividade da mãe ao comportamento do filhote seria o fator de maior importância nessa modificação. Nos seus sujeitos, esse distanciamento estava em proporção direta com a diminuição de respostas da mãe às iniciativas de contato do filhote. Na medida em que ele crescia, a mãe não apenas ignorava suas aproximações, como as rejeitava abertamente, contribuindo assim para o desgarramento gradual do filhote com relação a ela.

Os macaquinhos foram também submetidos a eventos curtos de separação (de 6 a 13 dias), sendo que em alguns casos o filhote era retirado do grupo e mantido em isolamento, enquanto em outros a mãe era retirada da gaiola e o macaquinho permanecia com o grupo (Hinde & Spencer-Booth, 1970). Em nenhuma situação observaram-se os distúrbios graves de comportamento verificados nos animais criados em isolamento de Harlow & Harlow, 1969. Os resultados obtidos foram bastante inesperados e mostraram ser importante considerar separadamente a reação do filhote durante a separação e após o reencontro com a mãe. No caso da retirada e retorno do filhote à gaiola, poder-se-ia esperar maior perturbação do macaquinho, que teoricamente teria sofrido não apenas a separação da mãe e do grupo familiar, como também o isolamento em um ambiente estranho. Realmente, durante a separação o filhote apresentou uma reação

intensa, semelhante àquela descrita por Spitz (1945) com relação a crianças hospitalizadas. Observou-se uma fase inicial de protesto intenso, sobretudo vocal, seguida por diminuição do comportamento exploratório, apatia e tristeza, com uma terceira fase de readaptação, quando o macaquinho aparentemente retornava a seu padrão habitual de comportamento. No entanto, após o retorno à gaiola e o reencontro com a mãe notou-se um processo rápido de readaptação do filhote ao grupo, com recuperação da atividade locomotora e exploratória. Na condição em que o macaquinho permanecia no grupo familiar durante a separação da mãe, foi observado menos protesto e perturbação durante a separação, o filhote mostrando-se mais hiperativo do que apático. As outras macacas "tias" do grupo interagiram mais com ele, como que consolando-o pela ausência da mãe. A reintegração da mãe ao grupo após um período de separação e isolamento alterou seu padrão de comportamento com o filho, tornando-a mais restritiva e punitiva com relação aos contatos e interações estabelecidos entre ele e as outras macacas "tias" do grupo, que o haviam confortado durante sua ausência. Neste caso, portanto, observou-se uma alteração mais intensa e duradoura no comportamento da mãe, do filhote e na relação entre os dois durante e após o reencontro.

Tais dados sugerem também que os efeitos de um evento planejado de separação não podem ser analisados focalizando apenas o comportamento do filhote, pois envolvem também a mãe e outros elementos presentes à situação, a interação entre eles, e particularmente a interação de cada um deles com o filhote, antes, durante e depois da separação.

Por outro lado, analisando as diferenças individuais entre filhotes de macacos Rhesus quanto à reação a episódios curtos de separação da mãe, Hinde & Spencer-Booth (1970) relatam que naqueles que apresentavam maior perturbação, fora observada uma maior tensão na relação entre a mãe e o filhote na fase anterior à separação. "Tensão" foi operacionalmente definida em termos de frequência de rejeições da mãe às iniciativas de contato do filhote e do papel preponderante deste na manutenção de proximidade com a mãe.

Rosenblum (1971) e Rosenblum, Coe & Bromley (1975), por outro lado, mostraram que essa tensão pode ser decorrente da estrutura social do grupo. Comparando diferentes espécies de macacos "pigtail", "bonnet" e "squirrel" mostraram que nestes últimos ("bonnet" e "squirrel"), a estrutura social mais estável e descontraída do grupo em uma variedade de ambientes e situações parece favorecer uma interação mais fácil e sem tensões entre vários elementos do grupo. A mãe apresentava menos comportamentos restritivos e protetores, permitindo desde o início maior contato entre o filhote e outros macacos do grupo. O nível de interação entre filhotes aliás era particularmente alto. Já entre os "pigtail" a mãe habitualmente controla e restringe as interações sociais entre o filhote e outros elementos do grupo.

Em eventos de separação em que a mãe foi separada e isolada do grupo, os filhotes "pigtail" mostraram marcada perturbação, e intensificação dos comportamentos de apego tanto durante a separação como após o reencontro com a mãe. Os "bonnet" e os "squirrel" raramente

evidenciaram perturbação prolongada, transferindo rapidamente os comportamentos de apego para outras macacas que os confortavam durante a separação. Na reunião não apresentaram maior perturbação e por vezes nem se aproximaram da mãe, cujos comportamentos com o filhote apresentaram também pouca alteração.

Novamente os dados com animais sugerem ser inadequado falar apenas em reação do filhote à separação, visto que esta reação parece ser modulada pela relação existente entre a mãe e o filhote antes e depois da separação e também pelo tipo de estrutura social e de relacionamento que predomina no grupo. Seria portanto mais adequado falar na reação do filhote, da mãe e dos vários elementos que participam do procedimento de separação, o que raramente tem sido feito em estudos com sujeitos humanos.

ESTUDOS HUMANOS

As pesquisas com sujeitos humanos apresentaram o mesmo tipo de redirecionamento descrito com respeito aos estudos animais. Afastaram-se dos casos patológicos e das condições extremas de privação e isolamento que haviam motivado os primeiros estudos sobre apego. Passaram a investigar o estabelecimento e desenvolvimento da ligação afetiva entre a criança e sua mãe em condições "normais", isto é com crianças em seu grupo familiar, focalizando sobretudo a reação da criança a episódios estruturados de separação da mãe, de poucos minutos de duração.

Antes de analisar criticamente os procedimentos empregados nesses estudos, cabe aqui referir como esses autores têm definido o apego ou ligação afetiva (attachment), que funções lhe têm sido atribuídas e algumas divergências surgidas nessa conceituação.

Conceituação de Apego

Há um certo consenso entre vários autores em caracterizar o apego como um conjunto de comportamentos por meio dos quais o indivíduo inicia ou mantém uma relação afetiva estável com um ou mais indivíduos do seu grupo social (Schaffer, 1971). A característica básica seria a busca de proximidade da pessoa que é objeto de apego. Essa busca abrange desde comportamentos proximais, de contato físico e aproximação, até distais, como interação e comunicação à distância (olhar, sorriso, vocalização. . .). Como corolário aparece perturbação emocional e protesto à separação da pessoa, situação que justamente frustra essa tendência de ficar perto. O apego surge no decorrer do primeiro ano de vida da criança, sobretudo a partir do segundo semestre, permanecendo intenso durante a primeira infância e passando a diminuir ou modificar suas formas de expressão entre três e quatro anos de idade. Daí em diante, os comportamentos de apego tornam-se menos evidentes, tanto quanto à frequência com que ocorrem como quanto à sua intensidade. Entretanto, persistem como parte importante do repertório comportamental do homem, não apenas durante a infância, como também durante a adolescência e idade adulta, quando novas relações de apego se estabelecem.

Ao lado dessas formulações, permanecem sérias divergências entre teóricos quanto à natureza desse fenômeno denominado apego.

Por alguns ele é visto como uma mera abstração, um rótulo que sumariza as relações fundamentais entre certos estímulos e respostas evidenciadas no controle mútuo entre comportamentos da criança e da mãe (Gewirtz, 1972).

Outros, como Bowlby (1969) e Ainsworth (1973), distinguem entre "apego", sistema comportamental interno que controla a propensão estável para a busca de proximidade da pessoa-objeto de apego, e os "comportamentos de apego", os quais são intermitentes e variam de acordo com circunstâncias próprias do indivíduo e da situação. Nessa mesma orientação, Cohen (1974) acrescenta que essa tendência estável consiste em uma ligação afetiva, a qual persiste através do tempo, mesmo em períodos em que não há contato com a pessoa-objeto de apego.

Seria o apego um impulso secundário ("secondary drive") ou uma necessidade primária? A pessoa-objeto de apego poderia ser apenas uma ou várias pessoas? Que características da pessoa seriam relevantes para que com ela se estabelecesse a relação de apego?

Durante a primeira metade deste século, a teoria de impulso secundário ou adquirido vinha sendo proposta para explicar a aquisição de motivações sociais e relações objetivas, dentre as quais se inclui a ligação afetiva da criança e sua mãe. A idéia central dessa teoria era a de que as características da pessoa que cuida da criança ("caretaker") adquirem e mantêm seu valor positivo por estarem associadas a situações em que as necessidades primárias (particularmente de alimentação ou "orais") são satisfeitas ou em que são removidos estímulos nocivos que incomodam a criança, diminuindo assim seu estado de tensão, e aumentando seu prazer. Essa concepção prevalecia tanto na teoria psicanalítica da catexis e da formação de objeto, a qual propõe que o desenvolvimento afetivo deriva basicamente da satisfação das necessidades orais do indivíduo (Freud, 1938, Fenichel, 1945, A. Freud, 1954), como nas concepções behavioristas de motivação adquirida (Miller & Dollard 1941, Sears, 1951).

No campo psicanalítico Bowlby (1969) foi um dos primeiros a por em dúvida tal concepção. Segundo ele, a tendência para se estabelecerem fortes ligações afetivas com determinada pessoa, verificada já nos primeiros anos de vida da criança, constitui uma necessidade básica tão fundamental quanto a alimentação e sexo. A pessoa com quem a criança estabelece essa ligação afetiva pode nada ter a ver com a satisfação das necessidades primárias propriamente ditas.

Por outro lado Bowlby enfatizou, sobretudo em seus primeiros escritos (Bowlby, 1958), o fato da ligação afetiva se estabelecer de início com relação a *uma* pessoa específica apenas, habitualmente a mãe. Alertava, então, para os efeitos prejudiciais que uma descontinuidade nessa relação, ou um cuidado compartilhado entre várias pessoas poderiam ter para a criança pequena e para seu desenvolvimento posterior.

Schaffer & Emerson (1964) forneceram dados empíricos importantes para fundamentar melhor essa discussão. Em um estudo longitudinal de curta duração, eles investigaram o estabelecimento e desenvolvimento das relações de apego em uma amostra de 60 crianças escocesas desde os primeiros meses de vida até um ano e meio. A "responsividade" do indivíduo ao comportamento da criança e, a seguir, a quantidade de interação que ele iniciava espontaneamente com a criança constituíam os fatores mais importantes na determinação da escolha da pessoa-objeto de apego, que podiam ser a mãe, o pai, avós, irmãos, tios. . . Prover ou não o cuidado primário à criança não apareceu pois como fator predominante, sendo que um terço das crianças apresentavam uma ligação afetiva mais intensa com pessoas que não participavam em nenhum aspecto do seu cuidado físico.

Tais dados corroboraram, assim, para a concepção do apego como uma tendência básica, até certo ponto independente da satisfação de necessidades primárias.

Por outro lado, os dados questionaram o conceito de "monotropia" de Bowlby (1958). Embora a maioria das crianças estabelecesse inicialmente uma relação de apego com uma pessoa apenas, 29% da amostra dirigia seus apegos específicos a dois ou mais indivíduos e essa porcentagem aumentava rapidamente com a idade, sendo que aos 18 meses, somente 13% mostravam-se ligados a uma pessoa apenas. Schaffer (1971) sugeriu então que o ambiente social em que a criança cresce define a amplitude das relações de apego. Na família nuclear, o apego tende a ser estabelecido com uma ou duas pessoas apenas, enquanto na família extensa ele tende a se multiplicar, favorecendo assim que a criança tenha alguma garantia no caso de perda dos pais (Mead, 1962).

Funções do apego

Baseado em teorias etológicas, Bowlby (1969), apresenta uma visão biológico-evolucionária do problema. Parte da análise de que na espécie humana o longo período da infância torna a criança vulnerável e impotente para sobreviver sozinha, particularmente nos primeiros anos de vida, visto que conta com poucos instintos e padrões fixos de ação que orientem sua conduta. Por um lado essa situação propicia melhores condições para um desenvolvimento flexível e para maior aprendizagem, favorecendo assim a adaptação do homem a uma grande variedade de ambientes. Acarreta, entretanto, um período bastante longo de imaturidade e vulnerabilidade durante o qual a criança necessita de proteção.

O apego seria pois um sistema comportamental que evoluiu no ser humano por contribuir para a sobrevivência da espécie, dado que opera no sentido de promover e manter uma proximidade "segura" com o "caretaker" principal, usualmente a mãe, de forma a garantir a proteção do adulto frente a ameaças ambientais.

Konner (1972) acrescenta que a proximidade com adultos favorece também a aprendizagem da criança por criar mais oportunidades para observação de modelos e estabelecimento de interações que favorecem a aprendizagem. Nas formulações mais recentes de sua teoria, Bowlby (1974) e também Bischof (1975) têm proposto a "teoria de controle", usada em engenharia, como mo-

delo para explicar a interação complexa e dinâmica do apego entre a mãe e a criança. Os seres humanos, segundo eles, estão equipados com certo número de sistemas comportamentais de complexidade variável e características semelhantes às de um míssil antiaéreo. Este é montado para buscar determinado alvo, por exemplo um avião, interceptá-lo ou destruí-lo, a despeito de suas táticas de evasão. O apego seria um desses sistemas, cujo alvo ("setgoal") é a manutenção da proximidade entre a mãe e a criança, de maneira a garantir a segurança desta última. Esse sistema entra em funcionamento quando a mãe ou a criança percebem que a distância entre elas aumentou além dos limites toleráveis naquelas circunstâncias ou que apareceu um elemento atemorizador estranho à situação. Como o míssil busca o alvo e vai corrigindo sua rota conforme as alterações percebidas no alvo, a criança e a mãe modificam seu comportamento a partir da avaliação que fazem da situação a cada momento, de forma a garantir uma proximidade segura entre os dois.

Ainsworth (1973) enfatiza ainda a função da mãe como base segura de apoio para a criança, que a usa como porto seguro do qual parte para explorar o ambiente e ao qual retorna seja para se recuperar, seja à busca de proteção diante de qualquer sinal de perigo.

Schaffer (1971), por sua vez ressalta a importância fundamental do apego no processo de socialização da criança. Segundo ele, ao desenvolver um sistema de comportamentos de apego a indivíduos específicos, o comportamento social da criança muda radicalmente. Uma grande quantidade de emoção e sentimento é investida nesse relacionamento e a separação torna-se um evento ameaçador, cheio de significados. A partir do momento em que a criança define seu grupo e não encara todas as pessoas como equivalentes, inicia-se o processo complicado de aprendizagem social, denominado por alguns "identificação", que irá facilitar sua adaptação ao grupo social a que pertence. O reforço, que promove a aprendizagem social, torna-se muito mais eficaz quando proveniente de indivíduos com quem a criança estabeleceu uma relação afetiva intensa e estável. Os elogios, prêmios e punições dispensados por estas pessoas passam a ter um impacto muito maior sobre seu comportamento, do que se o relacionamento fosse neutro. O apego fornece pois o contexto dentro do qual pode se desenvolver o processo de socialização.

Apego, comportamento exploratório e reação à separação e ao estranho

Ainsworth (1973) analisa o equilíbrio contínuo e instável existente entre o sistema comportamental do apego e outros sistemas comportamentais internos como o exploratório e o de preocupação ("wariness") ou medo frente a estímulos, ambientes ou pessoas estranhas. Esses sistemas podem ser ativados ou deprimidos conforme circunstâncias internas do indivíduo e externas da situação. Por exemplo, o estado interno da criança, como estar fatigada ou com fome, ou mesmo suas características individuais (limiar muito baixo à estimulação, por exemplo) podem fazer com que o sistema comportamental de apego seja ativado diante de um estímulo ou am-

biente estranho, provocando uma diminuição do comportamento exploratório e intensificando os comportamentos de manutenção de proximidade da mãe (choro, pedir colo, agarrar-se à mãe. . .).

Os sistemas exploratórios e de medo ao estranho têm também uma função adaptativa importante do ponto de vista da sobrevivência do indivíduo e da espécie. Explorar um ambiente novo e aprender como enfrentá-lo traz óbvias vantagens para o filhote, embora possa também expô-lo a perigos, dada sua inexperiência. Nesse sentido é também vantajoso que seu sistema de preocupação ou medo seja ativado diante do que lhe é estranho, particularmente na ausência da mãe ou da pessoa que dele cuida, a qual pode protegê-lo destes perigos (Ainsworth et al, 1978).

Ainsworth propõe então que os comportamentos exploratórios, de apego e de reação ao estranho não sejam definidos como respostas vinculadas a situações-estímulo específicas. Eles dependem de qualidades distintivas da organização comportamental do sujeito e se manifestam de forma variável conforme a natureza, variedade e complexidade dos estímulos ambientais, a presença ou ausência da mãe, seu comportamento, orientação e distância do filho, a idade e experiência prévia da criança, seu estado físico atual, sua percepção e apreensão cognitiva do que está ocorrendo, e sua avaliação a respeito de sua habilidade de aproximar-se da mãe quando necessário (Ainsworth et al, 1978).

Rheingold (1974) por sua vez critica a conclusão da resposta de medo da criança frente a pessoas estranhas como medida do seu apego à mãe.

O primeiro a estabelecer essa ligação foi Spitz (1965) que usou a "ansiedade dos oito meses", demonstrada por todos seus sujeitos frente a pessoas estranhas, como critério para dizer que se estabelecera uma "verdadeira relação objetal" entre o bebê e sua mãe. A partir dessa observação, Spitz propôs que a ansiedade ao estranho ("stranger anxiety") constituiria uma etapa necessária do desenvolvimento social normal. Entretanto, a reação da criança frente ao estranho foi por ele testada na ausência da mãe, o que provocou uma confusão entre ansiedade ao estranho e ansiedade à separação.

Rheingold (1969) e Rheingold & Eckerman (1970, 1973), observaram crianças entre oito meses e três anos em ambientes conhecidos e estranhos, com maior ou menor quantidade de objetos-estímulos, e com ou sem a presença da mãe. A aproximação de um estranho não provocou uma reação uniforme de protesto nas crianças quando a mãe estava presente. Pelo contrário, várias crianças tiveram reações positivas com relação ao estranho, interagindo amigavelmente com ele. Esses dados foram confirmados no estudo de Bretherton & Ainsworth (1974) com crianças de um ano, quando 89% dos sujeitos apresentaram algum comportamento amigável para com o estranho.

Nota-se que, enquanto as manifestações de preferência pela mãe e de protesto a seu afastamento aparecem em quase todas as crianças, não obstante a idade inicial varie um pouco, o medo ao estranho é menos universal e predizível. Encontram-se várias crianças que não reagem dessa forma, chegando a apresentar uma resposta social positiva diante de estranhos.

A proximidade da mãe ou da figura de apego atenua substancialmente na criança o medo a estranhos ou a estímulos novos, e facilita a exploração de um ambiente estranho (Morgan & Ricciuti, 1969, Sroufe, Waters & Matas, 1974).

Por outro lado, a criança mostra maior perturbação, quando a separação da mãe envolve sua permanência em um ambiente estranho ou se é cuidada por uma pessoa desconhecida, do que quando é deixada com uma pessoa familiar e/ou em um ambiente a que está habituada (Robertson & Robertson, 1971, Ricciuti, 1974).

Fatores que influenciam o desenvolvimento do apego e a reação da criança à separação da mãe

O desenvolvimento do apego é, em geral, concebido como fruto de uma interação dinâmica entre fatores maturacionais e de aprendizagem (Sears, 1972). A maturação, de ordem biológica, envolve modificações ordenadas e seqüenciais nas capacidades comportamentais do organismo, as quais se concretizam e modificam continuamente na interação do indivíduo com o ambiente social que o cerca.

Enquanto a maturação tende a promover um padrão de desenvolvimento relativamente homogêneo entre os vários indivíduos da mesma espécie, a aprendizagem tende a diferenciá-los, dado que o ambiente social varia muito conforme o grupo sócio-econômico-cultural a que o indivíduo pertence, propiciando-lhe experiências diversas, as quais estimulam padrões de desenvolvimento heterogêneos.

É evidente que a interpretação quanto à influência relativa da maturação e da aprendizagem sobre o desenvolvimento do apego vai variar conforme a postura teórica de cada autor. Os behavioristas valorizam mais a experiência e a aprendizagem da criança que ocorre no processo de interação recíproca entre ela e sua mãe e outras pessoas próximas do seu ambiente social mais imediato. (Gewirtz, 1969, 1972, Cairns, 1972). Já os cognitivistas (Bell, 1970, Decarie, 1974, Kagan, 1974, Kagan, Kearsley & Zelazo, 1978), têm procurado interpretar as reações de apego da criança e sua evolução no tempo, relacionando-se com o desenvolvimento de suas estruturas cognitivas.

Segundo essa interpretação, para compreender melhor as respostas da criança à separação da mãe e a situações ou pessoas estranhas, é necessário entender como a criança percebe e apreende cognitivamente a situação natural ou experimental a que está sendo submetida. Isso vai depender da competência cognitiva que já atingiu naquele ponto do seu desenvolvimento, das expectativas que formou em relação à situação, e de sua experiência social prévia (Ricciuti, 1974; Lewis & Brooks, 1974; Sroufe, Waters & Matas, 1974).

A relação entre desenvolvimento de apego e desenvolvimento cognitivo foi reforçada pelos estudos de Kagan & Klein, (1973) que mostraram haver um paralelismo entre a etapa de desenvolvimento cognitivo em que a criança se encontra e o tipo de comportamentos de apego que ela apresenta. Assim, Kagan & Klein (1973) documentaram o atraso de alguns meses em várias etapas cognitivas em um grupo de crianças guatemaltecas de

zero a três anos. Tratava-se de um grupo indígena da aldeia de San Marcos, local bastante remoto e afastado da civilização, onde as crianças eram criadas durante os primeiros anos de vida com pouca estimulação e pouca oportunidade para experiências diversificadas. O atraso cognitivo verificado foi consistentemente acompanhado pelo aparecimento mais tardio tanto da ansiedade diante do estranho como da perturbação e protesto à separação.

Por sua vez, Marvin (1977) e Greenberg & Marvin (1979), a partir de um estudo com crianças surdas de nascença, com diferentes níveis de compreensão e expressão verbal, mostraram que a passagem dessas crianças de uma para outra fase de apego dependia menos da idade cronológica do que das habilidades cognitivas e de comunicação da criança.

Conforme a abordagem cognitivista, a fase do apego estabelecido, evidenciado tanto pela manutenção de proximidade e busca de contato como uma ou algumas pessoas discriminadas, como pela reação à separação dessa(s) pessoa(s) através de choro ou diminuição da atividade exploratória, pressupõe o conceito da figura de apego como permanente, que continua a existir mesmo quando ausente, e persiste e se move de forma mais ou menos predizível no "continuum espacial-temporal". Ela aparece usualmente na segunda metade do primeiro ano de vida, coincidindo com o início do estágio 4 do período sensorio-motor e portanto com o início da habilidade de distinguir entre meios e fins e com o desenvolvimento do conceito de permanência de objetos (Piaget, 1952; Ainsworth et al., 1978). Essa etapa perdura através do segundo e do terceiro ano de vida, abrangendo até a primeira parte do período pré-operacional. A criança passa a ser capaz de usar o evento ambiental como pista de outro evento, sendo pois capaz de ter expectativas quanto às ações da mãe, desde que elas tenham um grau razoável de consistência. Na fase posterior dessa etapa, a mãe e a criança, que já atingiu maior competência lingüística, começam a se comunicar sobre seus respectivos planos, havendo um acréscimo significativo dos comportamentos que expressam perturbação e protesto a separações breves. A maioria das crianças depois de dois anos e meio já não expressam perturbação quando separadas brevemente de suas mães em um ambiente de laboratório ou em casa (Blehar, 1974, Maccoby & Feldman, 1972, Moskowitz, Schwarz & Corsini, 1977). Até algum tempo após o terceiro aniversário, entretanto, a criança habitualmente busca a proximidade da figura de apego durante a reunião (Marvin, 1977). Eventos traumáticos de separação podem evidentemente produzir retrocessos nesse curso de desenvolvimento, provocando uma intensificação do apego mesmo em crianças mais velhas. A fase seguinte de parceria de acordo mútuo ("goal - corrected partnership"), que usualmente começa durante o quarto ano de vida, caracteriza-se pela diminuição do "egocentrismo" da criança, a qual torna-se capaz de compreender os planos e objetivos da mãe e a coordená-los conceptualmente com os seus, e conseqüentemente de adaptar seus comportamentos aos da mãe. Nessa fase, a criança pode prescindir da proximidade espacial-temporal com a mãe, baseada na percepção de que a relação continua a existir apesar de períodos de separação e ausência.

Embora a abordagem cognitivista ressalte a influência do nível de competência cognitiva da criança sobre sua resposta a uma situação-estímulo como o desaparecimento da mãe, ela não exclui a influência de outros fatores.

A vulnerabilidade da criança a diferentes graus de tensão e sua disposição para reagir positiva ou negativamente, ou seja o limiar próprio da criança diante de estímulos novos ou estranhos, contribui também para modular sua resposta afetiva (Rutter, 1972). Entretanto esse limiar não está ligado apenas a características próprias da criança, rotuladas como temperamento, cujas causas são múltiplas, tanto genéticas como ambientais. As experiências prévias de separação, assim como a frequência e natureza dessas experiências, podem seja intensificar seja atenuar a reação da criança a um evento de separação da mãe.

Outro fator a ser levado em consideração é o efeito da relação prévia entre a criança e sua mãe, cuja importância como vimos, tem sido apontada em estudos com animais (Hinde & Spencer-Booth, 1970). Os estudos feitos por Ainsworth e seu grupo (Ainsworth et al, 1978), acompanhando 23 crianças de três a 54 semanas, observadas em casa e posteriormente em uma situação experimental no laboratório, mostraram que a sensibilidade e responsividade da mãe a sinais de comunicações da criança em situações naturais, correlacionam-se positivamente com a segurança com que a criança enfrenta posteriormente uma situação estranha e/ou de separação. Isto é, influenciam na classificação do apego da criança à mãe, como seguro ou ansioso.

Os estudos de Hinde com macacos Rhesus (Hinde, 1969, Hinde & Spencer-Booth, 1967, 1971), como já vimos, já haviam ressaltado que nessa espécie animal a responsividade da mãe ao comportamento do filhote era o fator mais importante no distanciamento progressivo do filhote que se verifica com o aumento de idade. Nos seus sujeitos, esse distanciamento ou desgarramento estava em proporção direta com a diminuição de respostas da mãe às iniciativas de contato do filhote. Na medida em que o macaquinho crescia, a mãe não apenas ignorava suas aproximações, como por vezes as rejeitava abertamente. Blurton Jones e Leach (1972), em seu estudo sobre separação e reencontro da mãe com crianças de dois a quatro anos de idade, verificaram que a responsividade da mãe não decrescia com a idade, mas que elas passavam a iniciar menos contatos com as crianças mais velhas. Esse resultado levanta a questão sobre que fatores, — na mãe, na criança e na interação entre as duas e de cada uma delas com outros elementos do ambiente — estariam envolvidos no processo de “desgarramento” gradual da criança com relação à mãe. É provável que esse desenvolvimento seja fruto de uma interação complexa entre vários fatores, e que essa interação varie em função da idade.

O processo de “desapego” tem sido bem menos estudado que o apego. Estudos com várias espécies animais entretanto sugerem que a mãe não é um elemento passivo nesse processo e, além disso, que outros sistemas comportamentais tais como o de exploração e o de relacionamento com companheiros passam, com a idade, a exercer um papel cada vez maior.

Aliás a experiência social anterior da criança tem sido apontada como uma das influências mais estáveis e prevalentes sobre o comportamento da criança, a qual afeta também a avaliação que ela faz da situação-estímulo em um determinado contexto.

Importância do contexto familiar e social em que a criança é criada

Essa experiência anterior, por sua vez, vai depender da organização do grupo social e familiar da criança, do número de “caretakers” que dela cuidam, sua constância, estabilidade e o tipo de relacionamento que mantém com ela. É evidente que a experiência social da criança em uma família extensa, onde está em contato freqüente com avós, tios, primos e mesmo amigos e vizinhos é muito diferente daquela que é criada em uma família nuclear com pouco relacionamento social.

Em uma revisão a respeito das pesquisas transculturais sobre infância, Super (1980) enfatiza a importância da cultura, medida através da organização social do grupo familiar e do comportamento da(s) pessoa(s) que cuida(m) da criança, como influência decisiva sobre o desenvolvimento do relacionamento interpessoal, através do qual a criança aprende a se comportar de maneiras diversas e culturalmente apropriadas. Ele sugere que a ênfase da monotopia da ligação afetiva da criança pode ser fruto do ambiente sócio-cultural em que têm sido feitos os estudos. Na literatura especializada sobre o assunto predominam as investigações feitas nos Estados Unidos e em países europeus onde prevalece a estrutura de família nuclear, sendo que o cuidado da criança recai quase que exclusivamente sobre a mãe. Nesses estudos, valoriza-se a relação contínua e estável da criança com uma “caretaker”, usualmente a mãe, sugerindo que o cuidado materno compartilhado ou múltiplo de crianças menores de três anos, poderia ter efeitos adversos para o desenvolvimento afetivo-emocional da criança (Bowlby, 1958, Ainsworth et al., 1978).

Blehar (1974) e Main (1977) compararam o comportamento de crianças de classe média criadas em casa e em creches em uma situação experimental de laboratório, denominada “situação estranha” (Ainsworth and Wittig, 1969), sugerindo que mesmo o cuidado materno substitutivo provido em creches de boa qualidade pode prejudicar o desenvolvimento social e emocional futuro dessas crianças. Outros estudos, entretanto, têm descrito padrões saudáveis de desenvolvimento psicológico em crianças menores de quatro anos sob cuidado múltiplo em um ambiente adequado às suas necessidades, com uma razão “caretaker”-criança de 1/4 a 1/6 que permita um relacionamento mais individualizado entre adulto e criança (Caldwell, Wright, Honig, Tannenbaum, 1970, Kagan, Kearsley & Zelazo, 1978, Ragozin, 1978).

Ricciutti (1974) e Fox (1977) mostram como “caretakers” habituais assumem um papel relevante como figuras alternativas de apego junto a crianças de creches e em casas de crianças em Kibutz, particularmente após sete meses. As crianças passam a apresentar respostas positivas ao reencontro com a pessoa que delas cuida, apresentam poucas reações de perturbação e de curta duração quando deixadas pela mãe com a “caretaker”. A

presença da "caretaker", por sua vez, parece ser capaz de atenuar a perturbação da criança diante de situações ou pessoas estranhas. Fox (1977) comenta que a maioria das crianças de Kibutz são igualmente confortadas pela mãe e pela "metapelet", mãe substituta encarregada de prover cuidado materno na casa de crianças. A diferença apareceu apenas com relação aos primeiros filhos que demonstraram maior reação a um procedimento de separação da mãe. Fox interpreta essas diferenças como devidas à expectativa diversa que a criança teria do que iria ocorrer no período de observação realizado entre 16 e 19 horas. Nesse horário, em que a criança passa com os pais, os filhos únicos esperariam um contato mais exclusivo com a mãe ou com os pais. As crianças que já têm irmãos esperam ter de partilhar com eles nesse período. A expectativa das crianças primogênicas pode, pois, ter sido mais violada do que a dos outros.

Em ambientes onde o cuidado das crianças é dividido e compartilhado entre os vários elementos da família, parece portanto haver menos exclusividade nessa relação afetiva. Leiderman & Leiderman (1974, 1977) mostram que no leste africano, onde o cuidado é compartilhado com irmãos mais velhos, sobretudo a partir de cinco meses, a mãe continua a ser preferida especialmente em momentos de tensão, mas a criança apresenta comportamentos de apego com relação a outras pessoas, que parecem servir de base segura para exploração do ambiente, observando-se que a criança reage também, a seu afastamento.

Em uma série de estudos recentes (Cohen & Campos, 1974, Lamb, 1976, 1977, Spelke, Zelazo, Kagan & Kotelchuck, 1973), a importância do pai como objeto de apego tem sido ressaltada, mostrando inclusive que, em situações de pouco stress, a criança tende a estabelecer com ele mais interações sobretudo de jogo, embora quando algum fator de stress externo ou interno (fadiga, doença) é introduzido, a mãe passa a ser mais procurada e preferida (Lamb, 1977).

Bretherton (1978), por outro lado, mostrou que a criança pode desenvolver uma relação positiva com estranhos, que passam rapidamente a ser capazes de confortá-la em momentos de stress, na medida em que esse estranho aproxima-se naturalmente da criança, procurando verificar o melhor momento e forma de aproximação a partir de pistas da criança. Os dados de Ricciutti (1974) parecem sugerir que o medo e apreensão é menos prevalente nas crianças com a mãe, em seguida com a "caretaker" habitual, aparecendo mais quando a criança é deixada com um estranho antes de ter tido oportunidade de estabelecer com ele um relacionamento amistoso na presença da mãe. Batter & Davidson (1979) enfatizam também a influência da forma de aproximação do estranho sobre essa reação, a qual, por ser muitas vezes forçada e pouco usual, provoca uma maior reação de estranheza na criança.

Interação entre crianças: evolução com a idade e variações conforme o contexto

O número de estudos sobre interação entre crianças tem crescido muito nos últimos anos (Bronson, 1975; Bronson & Pankey, 1977; Eckerman & Whatley,

1977; Lewis, Young, Brooks & Michalson, 1975; Stambach et al, 1979). Seus dados têm questionado a noção de que a criança pequena mostra pouco interesse ou habilidade para relacionar-se com outras crianças (Lieberman, 1977). Já nos primeiros três anos de vida, as crianças têm sido observadas demonstrando especial interesse por companheiros. Esse interesse é inicialmente evidenciado pela alta frequência de olhar e observar outras crianças, que atinge níveis superiores àqueles observados com relação a adultos (Bronson, 1975 e Bronson & Pankey, 1977). Já a partir de dois anos e meio a três anos, as crianças têm demonstrado habilidade para iniciar e manter interações recíprocas com companheiros (Garvey & Hogan, 1973).

Na maioria dos estudos, o comportamento das crianças foi investigado em um grupo misto de adultos e crianças, constituído por dois a quatro pares mãe-filho(a), em situações que variaram de rigidamente estruturadas (Eckerman & Whatley, 1977; Lewis, Young, Brooks & Michalson, 1975) até situações mais naturalísticas (Bronson, 1975; Bronson & Pankey, 1977; Blurton Jones et al., 1978; 1979; 1980; Rossetti Ferreira, 1983). Dentre estes, apenas o estudo desenvolvido por Blurton Jones, Rossetti Ferreira e colaboradores⁵ investigou a interação entre crianças durante um episódio estruturado de separação da mãe.

Nos estudos mais naturalísticos de Bronson (1975) e Bronson & Pankey (1977) as crianças foram observadas em grupos de composição variável, contendo 2, 3 ou 4 pares de mãe-criança observados durante uma reunião informal que durava aproximadamente 45 minutos. Infelizmente os dados publicados por W. Bronson em 1975, quando o estudo ainda não havia terminado, não são longitudinais. Esses dados referem-se a três grupos de 40 sujeitos ao todo, observados quando estavam com 13 a 16 meses, 17 a 20 meses e 21 a 24 meses de idade. A autora comenta que nos três trimestres foi registrada pouca interação entre crianças. Apesar disso, a frequência de interações entre elas foi maior do que aquela observada entre criança e outras mães (adultos não familiares). Estas, sentadas o tempo todo em um mesmo lugar e conversando entre si, pareciam não exercer grande atração sobre as crianças enquanto sujeitos potenciais de interação. A maioria das crianças preferia brincar sozinha com os brinquedos disponíveis, mantendo-se em frequente interação com sua mãe. Embora procurassem

5 Neste estudo foram observados 34 meninos e 25 meninas, primeiros filhos de famílias inglesas de classe média. O episódio de separação foi repetido a cada seis meses, começando quando as crianças estavam com 15 meses até completarem 39 meses de idade. A separação, de no máximo 5 minutos de duração, ocorreu em ambiente bastante informal e familiar, durante uma sessão de grupo (playgroup) da qual participavam quatro pares mãe-criança e uma professora-jardineira. Todos os participantes podiam interagir livremente com a criança sujeito antes, durante e após a separação. Esse procedimento fez parte de um projeto longitudinal mais amplo sobre o desenvolvimento social e de apego de crianças de um a três anos de idade (Blurton Jones et al. 1978; 1979; 1980) As crianças foram observadas com suas mães e/ou pais em uma variedade de situações tanto em casa como numa sala de observação do "Institute of Child Health", Universidade de Londres, e em um parque próximo ao Instituto.

pouco contato social afetivo com as outras crianças, os sujeitos tendiam a olhá-las e observá-las mais do que aos adultos.

A partir de seus resultados W. Bronson (1975) sugere que durante o segundo ano de vida, a criança sente-se mais atraída por atividades que envolvem controle sobre o ambiente. Talvez essa tendência possa ser melhor entendida considerando-se que a criança compreende seu mundo na medida em que pode controlá-lo e fazê-lo predizível. Isto ela pode fazer operando sobre o ambiente e fazendo o comportamento das coisas e das pessoas contingente a sua ação e vice-versa (Mueller & Lucas, 1975).

Note-se que, em geral, a mãe ou substituto responde mais às características da criança nessa fase por interagir com ela, procurando perceber o que ela quer a fim de satisfazer seus desejos ou necessidades. Seu comportamento torna-se por isso mais previsível à criança. Observa-se com frequência o estabelecimento de jogos interativos entre a mãe e o(a) filho(a), nos quais a criança pode exercer seus esquemas recentemente desenvolvidos (Piaget 1952). O jogo de bola, de dar e tomar objetos, de fazer a mãe emitir sons através de gestos ou toques exemplifica bem esse tipo de interação. Nessa idade as crianças parecem preferir os brinquedos às próprias mães, e sobretudo uma combinação entre os dois, como parceiros, dado que lhe provêm melhores oportunidades para a exploração de suas próprias capacidades. Essa etapa tende a ser superada em torno do terceiro ano de vida quando a criança mostra-se mais capaz de interagir com parceiros cujas ações são menos previsíveis, passando muitas vezes a preferir outras crianças como interatores (Garvey, 1974).

G. Bronson & Pankey (1977) analisaram os mesmos dados de W. Bronson (1975), porém longitudinalmente, e relatam também um aumento da frequência de interações entre crianças e sua diversificação no decorrer das idades estudadas. Propõem, porém, que esse efeito seria devido à aprendizagem e familiaridade que a criança adquiriu nas situações repetidas de grupo.

O estudo de Eckerman & Whatley (1977) exemplifica bem a influência do contexto situacional sobre a interação entre crianças. Eles observaram crianças de 10-12 meses e de 20-22 meses em uma sala de observação com e sem brinquedos. Duas idades mãe-criança participavam da situação, sendo que as mães eram informadas de que não deveriam iniciar mas apenas responder às iniciativas de contato das crianças com poucas palavras ou um sorriso, interferindo o mínimo possível em seu comportamento. Nesse contexto houve um aumento significativo na frequência de interações entre crianças na condição sem brinquedos, independentemente da idade, até mesmo entre crianças de 10-12 meses foi observado um alto nível de interações, semelhante àquele observado em crianças mais velhas. A porcentagem de crianças que interagiram com outras crianças foi igual ou superior à de crianças que interagiram com a própria mãe, enquanto a interação entre a criança e outras mães foi quase nula. Esse nível de interação com coetâneos em crianças tão novas é inédito na literatura. Pode, contudo, ser um artefato do procedimento empregado onde a única pessoa agindo "normalmente", da forma que a criança estava habituada, era a outra criança, visto os adultos

terem seu comportamento rigidamente controlado pelas instruções.

Lewis, Young, Brooks & Michalson (1975) estudaram grupos de quatro pares mãe-criança. As instruções dadas às mães por escrito foram bastante precisas, especificando o lugar em que deveriam permanecer sentadas, pedindo-lhes que não iniciassem interação com as crianças, e não intervissem nas brigas a não ser quando necessário a fim de evitar ferimentos. A sala era equipada apenas com quatro brinquedos em duplicatas. Nessa situação mais estruturada e artificial, com poucos brinquedos disponíveis, observou-se também o aparecimento precoce de interação entre crianças, embora mais centralizadas em dimensões sociais de sinalização, proximidade e mesmo contato físico do que em torno de brinquedos ou jogo conjunto. Observou-se também um decréscimo correspondente no número de interações estabelecidas pela criança com sua mãe e sobretudo com as mães das outras crianças, as quais foram praticamente ignoradas.

As instruções dadas às mães em ambos estudos obviamente impediram a ocorrência de interações sincronizadas, descritas por Schaffer Collins & Parsons (1977) ao observar mães em interação com seus bebês de 8 a 10 meses. Estes autores descrevem como a mãe observa o comportamento da criança explorando o ambiente e inicia com ela interações que envolvem justamente aqueles estímulos ambientais que notou estarem despertando o interesse da criança, apontando, aproximando-se e/ou verbalizando a respeito desses estímulos ou objetos. Dessa forma ela garante um estado ótimo de alerta a um alto nível de motivação da criança para aquela interação, que favorecem não apenas o envolvimento mas também a aprendizagem da criança. Crianças de mais de 10 meses possivelmente já tiveram oportunidades para aprender que nem sempre a mãe está disponível para estabelecer com ela esse tipo de interação. Tais situações, aliás, devem ocorrer com certa frequência na vida diária quando a mãe está envolvida em outras atividades, por exemplo falando ao telefone ou lendo um jornal.

Nas situações experimentais observadas por Eckerman & Whatley (1977) e Lewis, Young, Brooks & Michalson (1975), as quais envolviam um período relativamente curto de tempo (15 a 30 minutos), a criança pode aceitar a falta de responsividade da mãe, envolvendo-se com outros estímulos ambientais. Na falta de brinquedos, ela aumentou a frequência de interações com outras crianças que, por não estarem sendo controladas por instruções, eram possivelmente mais responsivas que os adultos presentes.

Pode-se supor que em ambiente onde a criança é criada em grupos sob cuidado múltiplo e onde a razão adulto-criança é muito baixa, não favorecendo a responsividade do adulto ao comportamento de cada criança, apareça também maior frequência de interações entre crianças em idades mais precoces. Observações feitas em creches de baixo nível sócio-econômico (Rossetti Ferreira, et al., 1981) parecem confirmar essa hipótese que já havia sido sugerida por Freud & Dann em 1951. A descrição de Freud & Dann sobre crianças criadas juntas durante a guerra deixa também a impressão de que crianças pequenas têm maior potencialidade para se engajar

em contatos e interações com outras crianças do que os estudos laboratoriais sugerem. Mais recentemente, Stambäck et al (1979) forneceram dados nessa mesma direção, mostrando um alto nível de interação entre crianças de 18 meses observadas em uma sala da escola maternal que costumavam freqüentar, tendo algumas caixas de papelão como único brinquedo. Trata-se pois de um assunto a ser melhor investigado, em contextos e culturas diversas.

A importância da variável experiência social anterior da criança e do valor que cada cultura atribui à interação criança-criança como fator de socialização nas várias etapas de desenvolvimento tem sido ressaltada por vários autores (Bernal, 1974; Lewis, Young, Books & Michalson, 1975; Rossetti Ferreira, 1981), porém existem poucos dados empíricos a respeito.

Bernal (1974) ressalta que, no relacionamento com outros, a criança não obtém apenas segurança e proteção, como tem sido enfatizado nos estudos sobre interação mãe-criança e sobretudo sobre apego, mas aprende também a compartilhar ("sharing") e cooperar com outros, reconhecendo-se mutuamente com "eus" ("selves"). A interação com companheiros, em especial, por ser menos previsível e controlada do que com a mãe ou outros adultos, favorece muito mais esse tipo de aprendizagem, estimulando a criança a reconhecer o outro como outro "eu" ("self"), independente de si própria. A relação entre a mãe e a criança é mais estruturada, os papéis dos dois elementos da díade são definidos de forma bastante rígida, a mãe buscando em geral adaptar seu comportamento ao do filho, o que torna suas ações bastante previsíveis. Com companheiros, a criança tem mais oportunidades de se exercitar no desempenho de vários papéis, de trocar de papéis um com outro, sendo para isso obrigada a mudar para novos modelos funcionais ("working models") de si própria e de outros. Dessa maneira ela aprende a noção do "outro generalizado", essencial para o estabelecimento de interações mutuamente contingentes, que são a base da competência social.

Evidentemente, oportunidades de contato com outras crianças são controladas pela mãe, que pode favorecer-las ou dificultá-las pelo tipo de experiências diárias que possibilita à criança. Fox (1977) e Blurton Jones et al. (1980) ressaltam que a decisão da mãe é provavelmente influenciada também por características próprias da criança. Se ela demonstra grande satisfação e alegria ao encontrar outras crianças e se adapta bem para brincar com elas, a mãe provavelmente facilitará maior número de encontros desse tipo. Se por outro lado, a criança demonstra medo e insegurança, a mãe introduzirá esse tipo de experiência de forma mais gradual, esperando pistas de que a criança está mais preparada. Daí a importância de se conservar sempre uma visão interacional do desenvolvimento.

Fatores de ordem cultural parecem-nos ter grande influência nessas decisões. Pode-se particularmente questionar o quanto a estrutura de família nuclear, típica de países como Estados Unidos e Inglaterra — onde foram realizados a maioria dos estudos citados — não estaria influenciando o padrão de desenvolvimento da interação entre crianças geralmente observado. A valorização do contato entre crianças pequenas varia conforme a cultura.

Observações informais da própria autora deste artigo, quando morou na Inglaterra, parecem sugerir haver no Brasil uma maior valorização do contato entre crianças pequenas, sendo que esse contato é facilitado pelo clima ameno aqui existente durante todo ano. A cultura inglesa e talvez a americana, conforme sugerido por Lewis, Brooks & Michalson (1975), parecem dar maior ênfase nos primeiros anos de vida à experiência social com adultos, o que não está fundamentado na capacidade da criança mas sim em ideologia específica.

SITUAÇÕES EM QUE TEM SIDO ESTUDADO O APEGO DA CRIANÇA À SUA MÃE E MEDIDAS OU ÍNDICES UTILIZADOS

O apego da criança à sua mãe tem sido atualmente estudado, investigando a reação da criança a episódios curtos de separação da mãe. A separação usualmente ocorre em um ambiente estranho, no contexto de uma sala de observação com espelho unidirecional e equipamento de som e vídeo-tape.

A criança é deixada sozinha ou com um adulto instruído para responder "naturalmente" ou com poucas palavras à criança, evitando iniciar ou estimular contatos a não ser quando abordado por ela (Coates, Anderson & Hartup, 1972; Fox, 1977; Ricciutti, 1974).

O procedimento mais conhecido e empregado nestes últimos anos denomina-se "situação estranha". Ele foi desenvolvido por Ainsworth & Wittig (1969) com o objetivo de observar o padrão individual de comportamentos da criança frente a uma situação laboratorial, onde o seu sistema de apego é ativado em diferentes níveis de intensidade através de uma manipulação ambiental controlada.

Trata-se de um procedimento estruturado de maneira bastante rígida, envolvendo uma seqüência fixa de oito episódios de curta duração (mais ou menos três minutos cada). Neles a criança enfrenta um ambiente estranho, primeiro com a mãe e depois na sua ausência, seja sozinha ou na presença de um desconhecido. Dentre esses episódios estão incluídas duas separações da mãe e conseqüentemente dois reencontros. O comportamento da mãe e do estranho são controlados por instruções escritas e através da própria estruturação dos episódios.

Os comportamentos da criança em cada episódio são avaliados, conforme uma escala de sete pontos, nas seguintes categorias: busca de proximidade e contato, manutenção de contato, interação à distância, busca da pessoa ausente, resistência, esquiva ao contato e ambivalência. Estas três últimas categorias, aliás, não foram propostas como comportamentos de apego mas sim como sinais de desajustamento no relacionamento mãe-criança, que predizem um possível desvio no desenvolvimento social e afetivo futuro da criança (Ainsworth, Bell & Stayton, 1971). Eles aparecem sobretudo no momento de reencontro com a mãe, quando a criança demonstra sua raiva frente ao abandono sofrido, através de um comportamento ambivalente de aproximação e esquiva. Isto é, ela resiste às aproximações e tentativas de contato da mãe ao mesmo tempo que as busca, ou então ignora por completo a mãe, como se não fosse capaz de reconhecê-la após um período tão curto de separação. Um dos padrões de maior desajuste, segundo Ainsworth,

Bell & Stayton (1971), consiste na ausência de respostas de apego da criança seja nos episódios de separação, seja nos de reunião, levando-se em conta sobretudo que a "situação estranha" foi montada com o objetivo explícito de ativar e exacerbar os comportamentos de apego da criança. Nesses casos a criança não expressa nenhum comportamento que demonstre estar de alguma forma orientada ou apegada à mãe, não se preocupando com sua movimentação para fora ou para dentro da sala.

Ainsworth, Bell & Stayton (1971) estabeleceram relações entre os diferentes padrões de apego seguro, inseguro e desapego, com diferentes tipos de mães, classificadas conforme uma escala de atitudes, nas quais estão incluídas as seguintes dimensões: sensibilidade-insensibilidade, aceitação-rejeição, cooperação-interferência, acessibilidade-ausência de resposta.

Os padrões individuais de apego, evidenciados na situação estranha, são descritos como estáveis através do tempo (Ainsworth et al, 1978, Sroufe & Waters, 1977) e, segundo esses autores, permitem prever o ajustamento da criança em casa e com companheiros na pré-escola, dado que medidas de um apego seguro mostraram maior correlação com medidas de ajustamento e competência (Blehar, Lieberman & Ainsworth, 1977). Mais recentemente, o procedimento da situação estranha tem sido empregado para comparar a reação à separação da mãe, em crianças criadas em casa e em creches, com a sugestão de que o fato de freqüentar creches mesmo de boa qualidade, pode induzir conseqüências adversas para o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas, menores de 4 anos (Blehar, 1974, 1977, Main, 1977).

Pode-se questionar, como Rheingold (1974), Battered & Davidson (1979), e Horner (1980) o fizeram, com relação à preocupação ou medo ao estranho, se as respostas da criança frente à situação estranha e a outros procedimentos estruturados de separação, não são um artefato derivado da manipulação experimental que interfere com a responsividade do adulto e contribui para uma interação artificial com a criança à qual falta validade ecológica. Isto porque, com o objetivo de atingir um maior controle de variáveis e observar o comportamento da criança independentemente do adulto, os pesquisadores têm dirigido o comportamento de quem participa da situação através de instruções precisas que lhe ditam o que fazer a cada três minutos. Além disso, pedem-lhe para não iniciar qualquer interação com a criança, respondendo apenas quando a iniciativa partir destas. Em alguns casos, até essas respostas são controladas, sendo-lhe pedido que responda apenas com um sorriso ou duas palavras, desestimulando assim o prosseguimento da cadeia de interações.

Nesse contexto, altera-se o padrão habitual de interação esperado pela criança sobretudo com a mãe, mas também com outras pessoas, e é difícil saber até que ponto suas reações ao estranho e à saída da mãe não são provocadas por essa alteração.

Na sua experiência diária de separação da mãe, as crianças que freqüentam a creche podem ter aprendido a esperar um certo tipo de comportamento do adulto, que difere daquele apresentado na situação estranha. Este fato adquire maior relevância quando se considera que o procedimento da "situação estranha" foi montado

para ambos os grupos de Blehar (1974) e Main (1977) na creche que um dos grupos freqüenta. Ao chegar à creche, a criança é habitualmente recebida por uma das pajens ("caretakers"), em geral a que lhe é mais familiar, que se aproxima e interage com ela, procurando consolá-la e/ou envolvê-la em alguma atividade individual ou grupal (observação pessoal, Cummings, 1980, segundo experimento). Além disso, ela tem na creche oportunidade de interagir com outras crianças de idade semelhante.

É possível, portanto, que a expectativa das crianças da creche tenha sido mais seriamente violada pela situação-teste do que nas crianças criadas em casa que vinham à creche pela primeira vez. Isto pode eventualmente explicar a relação mais intensa e desajustada observada por Blehar (1974, 1977), no primeiro grupo.

De qualquer forma, a criança pequena, sujeito de procedimentos experimentais, cheios de artificialidade como o da "situação estranha", independentemente de freqüentar ou não uma creche, pode ter grande dificuldade para entender porque as pessoas estão entrando e saindo da sala a cada três minutos. Sua perturbação nessa situação pode em parte refletir seu fracasso em assimilar cognitivamente esses eventos estranhos sobre os quais não tem controle algum, e nos quais está envolvida a própria mãe, que usualmente lhe serve de base segura nesses momentos (Kagan, 1974).

Esse tipo de procedimento estranho, no qual se observam as modificações do comportamento da criança, face a manipulações do comportamento dos adultos, tem favorecido também uma ênfase demasiada sobre as reações da criança à separação e reunião, com exclusão da reação espontânea da mãe e de outras pessoas que participam da situação e do próprio processo de interação que ocorre entre elas.

Em conseqüência, fica prejudicado justamente o enfoque interacional do problema, tão valorizado pelos mais variados autores quando conceituam apego, conforme já foi referido anteriormente (Ainsworth, 1973, Bischof, 1975, Bowlby, 1974, Cairns, 1972, Gewirtz, 1969, 1972, Yarrow, 1967).

Gewirtz (1969) sobretudo sugere que o apego deve ser avaliado através das respostas de aproximação, consideradas como índices diretos do controle positivo de estímulos que a mãe ou substituto adquiriu sobre o comportamento da criança, e pela desorganização de respostas, provocada por interferências e restrições impostas nas oportunidades que a criança tem de emitir comportamentos de apego. Isto é, a mãe e/ou as pessoas que mais freqüentemente interagem com a criança, reforçando vários de seus comportamentos, adquirem um controle positivo de estímulos sobre uma grande variedade de respostas individuais da criança reunidas sobre o rótulo de apego. Esse processo é recíproco e bilateral, de forma que o comportamento da mãe está também sob o controle da aparência e dos sinais emitidos pela criança. Por isso a pesquisa sobre apego deveria focalizar as cadeias de interação que ocorrem em cada díade mãe-criança, coletando dados que preservem o detalhe das contingências nessa interação (Cairns 1972, Gewirtz, 1972, Rosenthal, 1973).

Várias tentativas têm sido feitas no sentido de registrar e analisar os comportamentos da mãe e da criança

na seqüência em que ocorrem, procurando fazer uma análise probabilística dos resultados, que permita avaliar de maneira mais objetiva o controle mútuo entre os sujeitos em diferentes situações (Blurton Jones & Leach, 1972, Cairns, 1979, Slater, 1973).

O grande problema que se coloca, entretanto, é a inexistência e/ou a extrema complexidade dos programas de análise seqüencial que exigem grande domínio das técnicas de computação, assim como o emprego de computadores de extensa memória. Assim, embora aceitem que é no processo de interação entre a mãe e a criança que se estabelecem e mantêm os comportamentos de apego, a maioria dos estudos empíricos sobre o assunto não tem levado em conta essa visão interacional do problema. Eles têm abrangido em sua análise comportamentos discretos da criança em relação a sua mãe, ou frente à separação e à reunião em diferentes idades e situações. Esses comportamentos variam desde busca de contato e manutenção de proximidade física (choro, contato físico, aproximação. . .) até comportamentos "sociáveis" como falar, sorrir, oferecer e receber objetos. . . (Coates, Anderson & Hartup, 1972, Maccoby & Feldman, 1972). Tais comportamentos têm sido tomados de forma indiscriminada como índices do apego (Lewis & Brooks, 1974). Em sua revisão crítica sobre índices ou medidas de apego, Masters & Welman (1974) mostraram que tais comportamentos apresentaram nos vários estudos uma baixa correlação entre si, assim como pouca consistência ou estabilidade temporal, não se justificando pois aplicação do rótulo apego a todos eles.

Blurton Jones & Leach (1972) e Lamb (1977) criticaram também a abrangência do rótulo "apego", mostrando que os dois conjuntos de comportamentos proximais e distais da criança em relação à mãe variam de forma independente. Os itens de "manutenção de proximidade" aparecem mais com relação à mãe do que a outras mulheres familiares, enquanto itens "sociáveis" são apresentados em igual proporção para com a mãe e com outras pessoas. Não se deveria portanto incluí-los sob o mesmo rótulo e seria adequado considerar apenas os primeiros como comportamentos de apego, dada sua especificidade com relação à mãe.

COMENTÁRIOS FINAIS.

Os vários estudos sobre apego ou ligação afetiva da criança à sua mãe contribuíram para uma melhor compreensão a respeito do processo de desenvolvimento afetivo e social da criança nos primeiros anos de vida.

Sua contribuição para uma discussão a respeito das condições mínimas necessárias para garantir o desenvolvimento "normal" da criança nesse período inicial, entretanto, ficou bastante prejudicada, entre outras coisas pela artificialidade das situações de separação observadas, pela ênfase demasiada na figura da mãe e pela ausência de outras pessoas que pudessem interagir ou com quem a criança pudesse estabelecer interações durante o procedimento experimental de separação e reunião.

Estas limitações tornam-se particularmente relevantes na atual discussão sobre vantagens e desvantagens de diferentes formas de cuidados materno substitutivo (cuidado compartilhado com uma ou mais pessoas, indi-

vidual ou em grupo, em creches, com mães crecheiras, ou por pajens em casa. . .).

As divergências de opinião nesse campo são freqüentes. Por um lado, verifica-se uma atitude extremamente crítica e contrária ao trabalho da mãe fora de casa, deixando filhos pequenos com pajens ou em creches. Aceita-se, de forma indiscriminada, que esta separação diária tem efeitos adversos sobre o desenvolvimento da criança. A educação em casa pela mãe, particularmente nos três a quatro primeiros anos de vida é vista como um investimento necessário a fim de garantir um bom desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança. A creche é encarada como um mal necessário, uma solução de emergência para famílias que não têm outra saída.

Por outro lado, há os que criticam a educação da criança dentro de uma família nuclear, com um círculo de relações extremamente restrito que inclui poucas ou nenhuma criança com quem interagir. Essa situação se agrava nos grandes centros urbanos onde as famílias são obrigadas a morar em apartamentos pequenos com espaço muito reduzido para as crianças brincarem à vontade. Usualmente essa posição é acompanhada de um questionamento sobre a divisão rígida e estereotipada de papéis sexuais, reivindicando maior liberdade para a mulher assumir e exercer um papel profissional fora do lar, mesmo quando tem crianças pequenas. A creche nesse caso é proposta como um contexto de socialização diverso do familiar, que pode favorecer o desenvolvimento da criança.

Como vimos, revisões recentes sobre os efeitos da educação de crianças pequenas em creches indicam que um cuidado alternativo estável e de boa qualidade não interfere na ligação afetiva da criança com a mãe e nem prejudica seu desenvolvimento (Bee, 1978; Bronfenbrenner, 1979; Kagan; Kearsley & Zelazo, 1980). Ressaltam, aliás, que o importante não é a quantidade de tempo que a mãe fica com a criança, mas sim a qualidade da interação que com ela estabelece, sua disponibilidade para interagir quando estão juntas e o prazer que ambas desfrutam nessa interação (Schaffer, 1971).

Entretanto, estas revisões avaliaram o cuidado proporcionado em creches com um alto padrão de qualidade, onde educadores treinados tinham um pequeno número de crianças sob sua responsabilidade. A razão proposta como adequada para bebês de berçário, que necessitam de um cuidado particularmente individualizado, é de um adulto para quatro crianças. E de 1/6 para crianças de até 3 anos. Por outro lado, a creche deve ser planejada de forma a favorecer a exploração e a interação entre crianças em um ambiente seguro e rico em estímulos.

Essas ponderações apontam importantes reflexões a serem feitas em nosso meio, quando se torna cada vez mais freqüente a reivindicação e procura por creches em todas as camadas sociais. Nestes últimos anos tem se verificado um aumento rápido do número de creches, em uma proporção claramente insuficiente para atender à grande demanda. Pouca atenção, contudo, tem sido dada às condições mínimas necessárias para um padrão de atendimento adequado a crianças dessa idade.

Torna-se pois imperativo ampliarmos esta discussão partindo do direito de toda a criança à educação

desde os primeiros anos de vida, passando ao questionamento de quem é responsável por essa tarefa que até agora tem sido atribuída quase que exclusivamente à família. Associações filantrópicas e religiosas por vezes a assumem, mas o fazem sempre de forma emergencial com uma clara atitude assistencialista e paternalista que não as compromete com o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos em qualquer país desenvolvido e que ao mesmo tempo marginaliza a família.

Outras questões também se impõem: que proposta educacional deve ser implementada com crianças dessa idade de forma a favorecer e não prejudicar seu desenvolvimento? Dentro dessa perspectiva, que características devem ter as instituições que atendem essa

população? Que tipo de formação e treinamento deve ter o profissional que cuida das crianças?

A experiência brasileira nesse campo é ainda extremamente limitada, contando-se com poucos profissionais experientes e quase nenhuma literatura especializada que possa orientar novas iniciativas.

Esse debate precisa pois ser ampliado não apenas através da análise crítica de dados da literatura internacional mas também com a avaliação e discussão das várias experiências que estão sendo feitas em nosso meio da qual participem os pais e os profissionais que trabalham diretamente nas creches, conjuntamente com educadores com as mais variadas informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSWORTH, M.D.S. (1972). Attachment and Dependency: a comparison. In J.L. Gewirtz (ed.) *Attachment and dependency*. Washington: Winston & Sons, 97-137.
- AINSWORTH, M.D.S. (1973). The development of infant-mother attachment. In B.M. Caldwell & H.N. Ricciuti (Eds.), *Review of Child Development Research, vol. III*. Univ. of Chicago Press, 1-94.
- AINSWORTH, M.D.S., BELL, S.M. & STAYTON, D.J. (1971). Individual differences in strange-situation behaviour of one-year-olds. In H.R. Schaffer (Ed.) *The origins of human social relations* London and New York: Academic Press, 17-52.
- AINSWORTH, M.D.S., BLEHAR, M.C., WATERS, E. & WALL, S. (1978). *Patterns of attachment*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- AINSWORTH, M.D.S. & Wittig, B.A. (1969). Attachment and exploratory behaviour of one-year-olds in a strange situation. In B.M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behaviour IV*. London: Methuen.
- BATTER, B.S. & DAVIDSON, C.V. (1979). Wariness of strangers: reality or artifact? *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 20, 93-109.
- BEE, H. (1978). *Psicologia do Desenvolvimento: questões sociais*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- BELL, S.M. (1970). The development of the concept of the object as related to infant-mother attachment. *Child Development*, 41, 291-311.
- BERNAL, J. (1974). Attachment some problems and possibilities. In M.P.M. Richards (Ed.), *The integration of a child into a social world*. London: Cambridge University Press.
- BISCHOF, Norbert (1975). A system approach towards the functional connections of attachment and fear. *Child Development*, 45, 801-817.
- BLEHAR, M.C. (1977). Mother-child interaction in day care and home care reared children, In a R.A. Webb (Ed.), *Social development in childhood day-care programs and research*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- BLEHAR, M.C. LIEBERMAN, A.F. & AINSWORTH, M.D.S. (1977). Early face-to face interaction and its relation to later infant-mother attachment. *Child Development*, 48, 182-194.
- BLEHAR, M.C. (1974). Anxious attachment and defensive reactions associated with day care. *Child Development*, 45, 683-692.
- BOWLBY, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis*, 21, 154-178.
- BOWLBY, J. (1944). *Forty-four juvenile thieves: their characters and home-life*. *International Journal of Psychoanalysis*, 25, 19-52, 107-127.
- BOWLBY, J. (1951). *Maternal care and mental health*. World Health Organization.
- BOWLBY, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *International Journal Psychoanalysis*, 41, 1-25.
- BOWLBY, J. (1969). *Attachment and Loss. Vol. 1 Attachment*. London Hogarth; New York: Basic Books.
- BOWLBY, J. (1973). *Attachment and Loss. Vol. 2 Separation: Anxiety and Anger*. London: Hogarth; New York: Basic Books.
- BOWLBY, J. (1974). Attachment Theory, Separation: Anxiety and Mourning. In D.A. Hamburg & H.K. Brodie (Eds.), *The American Handbook of Psychiatry, Vol. VI. New Psychiatric Frontiers*. New York: Basic Books.
- BLURTON JONES, N.G. & LEACH, G.M. (1972). Behaviour of children and their mothers at separation and greeting. In N.G. Blurton Jones (Ed.) *Ethological studies of child behaviour*. London: Cambridge University Press.
- BLURTON JONES, N.G., ROSSETTI FERREIRA, M.C., FARQUHAR BROWN, M. & MACDONALD MOORE, L. (1978). The association between perinatal factors and later night waking. *Developmental Medicine and Child Neurology*, 20, 427-434.
- BLURTON JONES, N.G. ROSSETTI FERREIRA, M.C., BROWN, M.F., MOORE, L.M. (1979). Aggression, crying and physical contact in one-to-three-year-old children. *Aggressive Behavior*, 5, 121-133.
- BLURTON JONES, N.G., ROSSETTI FERREIRA, M.C., BROWN, M.F., MOORE, L.M. (1980). Dimensions of attachment: comparing a "trait" approach with a functional approach to studying children's attachment to their mother. In S.A. Corson & E. Corson (Eds.) *Ethology and Nonverbal Communication in Mental Health*. Oxford: Pergamon Press.
- BRETHERTON, I. (1978). Making friends with one-years-olds: an experimental study of infant-stranger interaction. *Merrill-Palmer Quarterly*, 24, 29-51.
- BRETHERTON, I. & AINSWORTH, M.D.S. (1974). The responses of one-year-olds to a stranger in a strange situation. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.) *The origins of fear*. New York: Wiley, 131-164.
- BRONFENBRENNER, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- BRONSON, W.C. (1975). Developments in behavior with age mates during the second year of life. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.), *Friendship and peer relation*. New York: John Wiley & Sons.
- BRONSON, G.W. & PANKEY, W.B. (1977). On the distinction between fear and wariness. *Child Development*, 48, 1167-1183.
- BURLINGHAM, D. & FREUD, A. (1942). *Young children in War-Time*. London: Allen & Unwin.
- CAIRNS, R.B. (1972). Attachment and dependency: a psychological and social learning synthesis. In J.L. Gewirtz (Ed.) *Attachment and dependency*. Washington D.C.: V.H. Winston.
- CAIRNS, R.B. (Ed.) (1979). *The analysis of social interactions: methods, issues and illustrations*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- CALDWELL, B.M.; WRIGHT, C.; HONIG, A. & TANNENBAUM,

- J. (1970). Infant day care and attachment. *American Journal of Orthopsychiatry*, 40, 397-412.
- CASLER, (1961). Maternal deprivation: a critical review of the literature. *Monograph Society Research Child Development*, 26, nº 2.
- CLARKE, A.M. & CLARKE, A.D.B. (Eds.) (1976). *Early Experience: myth and evidence*. London: Open Books.
- COATES, B.; ANDERSON, E.P. & HARTUP, W.W. (1972). Interrelations in the attachment behaviour of human infants. *Developmental Psychology*, 10, 146-154.
- COHEN, L.J. (1974). The operational definition of human attachment. *Psychological Bulletin*, 81, 207-217.
- COHEN, L.J. & CAMPOS, J.J. (1974). Father, mother, and stranger as elicitors of attachment behavior in infancy. *Developmental Psychology*, 10, 146-154.
- CUMMINGS, E.M. (1980). Caragiver stability and day care. *Developmental Psychology*, 16, 31-37.
- DECARIE, T.G. (1974). *The infant's reaction to strangers*. New York: International Universities Press.
- ECKERMAN, C.O. & WHATLEY, J.L. (1977). Toys and social interaction between infant peers. *Child Development*, 48, 1645-1656.
- FENICHEL, O. (1945). *The psychoanalytic theory of neurosis*. New York: W.W. Norton.
- FOX, N. (1977). Attachment of Kibbutz infants to mother and metapelet. *Child Development*, 48, 1228-1239.
- FREUD, A. (1954). Psychoanalysis and education. *Psychoanalytic Study of the Child*, 9, 9-15.
- FREUD, A. & DANN, S. (1951). An experiment in group upbringing. *Psychoanalytic Study of the Child*, 6, 127-168, New York: International Universities Press.
- FREUD, S. (1938). Three contributions to the theory of sex. In A.A. Brill (Ed.) *The basic writings of Sigmund Freud*. New York: Modern Library.
- GARVEY, C. (1974). Some properties of social play. *Merrill-Palmer Quarterly*, 20, 163-180.
- GARVEY, C.; HOGAN, R. (1973). Social speech and social interaction: egocentrism revisited. *Child Development*, 44, 562-568.
- GEWIRTZ, J.L. (1969). Mechanisms of social learning: some roles of stimulation and behavior in early human development. In D.A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research*. Chicago: Rand McNally.
- GEWIRTZ, J.L. (1972). (Ed.). *Attachment and Dependency*. Washington: Winston.
- GREENBERG, M.T. & MARVIN, R.S. (1979). Attachment patterns in profoundly deaf preschool children. *Merrill-Palmer Quarterly*, 25, 265-279.
- HARLOW, H.F. (1961). The development of affectional patterns in infant monkeys. In B.M. Foss (Ed.). *Determinants of Infant Behaviour, Vol. 1*. London: Methuen.
- HARLOW, H.F. & HARLOW, M.K. (1969). Effects of various mother-infant relationships on Rhesus monkey behaviours. In B.M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behaviour IV*. London: Methuen.
- HARLOW, H.F. & ZIMMERMAN, R.R. (1959). Affectional responses in the infant monkey. *Science*, 130, 421-432.
- HARLOW, H.F.; HARLOW, M.K.; DODSWORTH, R.O. & ARLING, G.L. (1966). Maternal behavior of Rhesus monkeys deprived of mothering and peer associations in infancy. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 110, 58-66.
- HINDE, R.A. (1969). Influence of social companions and of temporary separation on mother-infant relations in rhesus monkeys. In B.M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behavior, vol. IV*. London: Methuen.
- HINDE, R.A. & SPENCER-BOOTH, Y. (1967). The effect of social companions on mother-infant relations in Rhesus Monkeys. In D. Morris (Ed.) *Primate Ethology*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- HINDE, R.A. & SPENCER-BOOTH, Y. (1970). Individual differences in the responses of Rhesus monkeys to a period of separation from their mothers. *Journal Child Psychology and Psychiatry*, 2, 159-76.
- HINDE, R.A. & SPENCER-BOOTH, Y. (1971). Effects of brief separation from mother on rhesus monkeys. *Science*, 173, 111-118.
- HORNER, T.M. (1980). Two methods of studying stranger reactivity in infants: a review. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 21, 203-219.
- KAGAN, J. (1974). Discrepancy, temperament and infant distress. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.), *The origins of fear*. New York: Wiley.
- KAGAN, J. & KLEIN, R.E. (1973). Crosscultural perspectives on early development. *American Psychologist*, 28, 947-961.
- KAGAN, J.; KEARSLEY, R.B. & ZELAZO, P.R. (1978). *Infancy: its place in human development*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- KONNER, M.J. (1972). Aspects of the developmental ethology of a foraging people. In N.G. Blurton Jones (Ed.). *Ethological studies of child behaviour*. London: Cambridge University Press.
- LAMB, M.E. (1976). Proximity seeking attachment behaviors: a critical review of the literature. *Genetic Psychology Monographs*, 93, 63-89.
- LAMB, M.E. (1977). Father-infant and mother-infant interaction in the first year of life. *Child Development*, 48, 167-181.
- LEIDERMAN, P.H. & LEIDERMAN, G.F. (1974). Affective and cognitive consequences of polymatric infant care in the East African highlands. In A. Pick (Ed.) *Minnesota symposium on child psychology, vol. 8*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LEIDERMAN, P.H. & LEIDERMAN, G.F. (1977). Economic change and infant care in an East African agricultural community. In P.H. Leiderman, S.R. Tulkin, & Rosenfeld (Eds.). *Culture and Infancy: Variations in the human experience*. New York: Academic Press.
- LEWIS, M. & BROOKS, J. (1974). Self, other and fear: infant's reactions to people. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.) *The Origins of fear*, New York: Wiley & Sons.
- LEWIS, M.; YOUNG, G.; BROOKS, J. & MICHALSON, L. (1975). The beginning of friendship. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.), *Friendship and Peer Relations*. New York: John Wiley & Sons.
- LIEBERMAN, A.F. (1977). Preschooler's competence with a peer: relations with attachment and peer experience. *Child Development*, 48, 1277-1287.
- MACCOBY, E.E. & FELDMAN, S.S. (1972). Mother-attachment and stranger-reactions in the third year of life. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 37, (Serial nº 146).
- MAIN, M. (1977). Analysis of a peculiar form of reunion behavior seen in some daycare children: its history and sequelae in children who are home-reared. In R. Webb (Ed.). *Social development in childhood daycare programs and research*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- MARVIN, R.S. (1977). An ethological-cognitive model for the attenuation of mother-child attachment behavior. In T.M. Alloway, L. Krames & P. Pliner (Eds.), *Advances in the study of communication and effect (vol. 3): The development of social attachments*. New York: Plenum.
- MASTER, J. & WELLMAN, H. (1974). Human infant attachment; a procedural critique. *Psychological Bulletin*, 81, 218-237.
- MILLER, N.E. & DOLLARD, J. (1941). *Social learning and imitation*. New Haven: Yale University Press.
- MORGAN, G.A. & RICCIUTI, H.N. (1969). Infant's responses to strangers during the first year. In B.M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behaviour IV*. London: Methuen.
- MOSKOWITZ, D.S.; SCHWARZ, J.C. & CORSINI, D.A. (1977). Initiating daycare at three years of age: effects on attachment. *Child Development*, 48, 1271-1276.
- O'CONNOR, N. (1956). The evidence for the permanently disturbing effects of mother-child separation. *Acta Psychologica*, 12, 174-191.
- O'CONNOR, N. (1968). Children in restricted environments. In G. Newton & S. Levine (Eds.), *Early experience and behavior*. C.C. Thomas.
- PIAGET, J. (1952). *The origins of intelligence in children* (2nd edition). New York: International Universities Press.
- RAGOZIN, A.S. (1978). Uma avaliação laboratorial do comportamento de ligação das crianças em atendimento diarista. In H. Bee (Ed.). *Psicologia do Desenvolvimento: questões sociais*. Rio de Janeiro: Interamericana.

- RHEINGOLD, H.L. (1969). The social and socializing infant. In D.A. Goslin (Ed.) *Handbook of socialization theory and research*. Chicago: Rand McNally.
- RHEINGOLD, H.L. (1974). General issues in the study of fear. In M. Lewis and L.A. Rosenblum (Eds.) *The origins of fear*. New York: John Wiley and Sons.
- RHEINGOLD, H.L. & ECKERMAN, C.O. (1970). The infant separates himself from his mother. *Science*, 168, 78-90.
- RHEINGOLD, H.L. & ECKERMAN, C.O. (1973). Fear of the stranger: a critical examination. In H.W. Reese (Ed.) *Advances in child development and behaviour (Vol. 8)*. New York: Academic Press.
- RICCIUTTI, H.N. (1974). Fear and the development of social attachment in the first year of life. In M. Lewis and L.A. Rosenblum (Eds.) *The origins of fear*. New York: Wiley.
- ROBERTSON, J. & ROBERTSON, J. (1971). Young children in brief separation: a fresh look. *Psychoanalytic Study of the Child*, 26, 264-315.
- ROSENBLUM, L.A. (1971). Kinship interaction patterns in pigtail and bonnet macaques. In J. Biegert (Ed.), *Proceedings of the Third International Congress of Primatology*. Basel: Karger.
- ROSENBLUM, L.A., COE, C.L. & BROMLEY, L.J. (1975). Peers relationship in monkeys: the influences of social structure, gender and familiarity. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.) *Friendship and peers relations*. New York: Wiley & Sons.
- ROSENTHAL, M.K. (1973). Attachment and mother-infant interaction: Some research impasses and a suggested change in orientation. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 14, 201-207.
- ROSSETTI FERREIRA, M.C. (1981). Substitute care for disadvantaged under fives in Brazil: research and policies issues. Manuscrito apresentado na Conference on International Perspectives in Child Development and Social Policies. Toronto. Canadá.
- ROSSETTI FERREIRA, M.C. (1983). Aumento da interação adulto-criança e criança-criança durante a separação e após o reencontro com a mãe. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- ROSSETTI FERREIRA, M.C.; SECAF, R.E.; BONAGAMBA RUBIANO, M.; MORTARI FARIA, L.; FIORINI PICCOLO, T.; PAIVA, R. (1981). Nutritional status, patterns of daycare and behavioral development in a Brazilian underprivileged population. In: *Nutrition in Health and Disease and International Development*. New York: Alan R. Liss.
- RUTTER, M. (1966). *Children of sick parents: an environmental and psychiatric study*. London. Oxford University Press.
- RUTTER, M. (1972). *Maternal deprivation reassessed*. London: Penguin Books.
- RUTTER, M. (1979). Maternal deprivation 1972-1978: new findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 50, 283-305.
- SCHAFFER, H.R. (1971). *The growth of sociability*. London: Penguin Books.
- SCHAFFER, H.R.; COLLIS, G.M. & PARSONS, G. (1977). Vocal interchange and visual regard in verbal and preverbal children. In H.F. Schaffer (Ed.), *Studies in mother-infant interaction*. London: Academic Press.
- SCHAFFER, H.R. & EMERSON, P.E. (1964). The development of social attachment in infancy. *Monographs Society Research Child Development*, 29, whole n° 94.
- SEARS, R.R. (1951). A theoretical framework for personality and social behavior. *American Psychologist*, 6, 476-483.
- SEARS, R.R. (1972). Attachment, dependency and frustration. In J.L. Gewirtz (Ed.): *Attachment and dependency*. Washington: V.H. Winston and Sons.
- SLATER, P.J.B. (1973). Describing sequences of behavior. In P.P.G. Bateson & P.H. Klopfer (Eds.) *Perspectives in ethology*. New York: Plenum.
- SPELKE, E.; ZELAZO, P.; KAGAN, J. & KOTELCHUCK, M. (1973). Father interaction and separation protest. *Developmental Psychology*, 9, 83-90.
- SPITZ, R.A. (1945). Hospitalism. an enquiry into the genesis of psychiatry conditions in early childhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 1, 63-74.
- SPITZ, R.A. (1965). *The first year of life*. New York: International Universities Press.
- SROUFE, L.A. & WATERS, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development*, 48, 1184-1199.
- SROUFE, L.A.; WATERS, E. & MATAS, L. (1974). Contextual determinants of infant effective response. In M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.) *The origins of fear*. N.Y. & London: John Wiley & Sons.
- STAMBACK, M.; MONICA, L.; MAISONNET, R.; RAYNA, S. & VERBA, M. (1979). Modalités d'échanges entre enfants de moins de deux ans. *Travaux du S.R.E.S.A.S*, 154.
- SUOMI, S.J. & HARLOW, H.F. (1971). Abnormal social behavior in young monkeys. In J. Helmuth (Ed.) *Exceptional infant: studies in abnormalities. Vol. 2*. New York: Brunner/Mazel.
- SUOMI, S.J. & HARLOW, H.F. (1975). The role and reason of peer relationships in Rhesus monkeys. In M.L. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds.) *Friendship and Peer Relations*. New York: John Wiley & Sons.
- SUOMI, S.J.; HARLOW, H.F. & MCKINNEY, W.T. (1972). Monkey psychiatrists. *American Journal of Psychiatry*, 128, 41-46.
- TIZARD, J. & TIZARD, B. (1971). The social development of two year old. Children in residential nurseries. In H.E. Schaffer (Ed.), *The origins of human social relations*. London: Academic Press.
- TIZARD, B. & REES, J. (1975). The effects of early institutional rearing on the behavior problems and affectional relationships of four-year-old children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 16, 61-74.
- WEBB, R. (1977). *Social development in childhood; daycare programs and research*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- YARROW, L.J. (1961). Maternal deprivation: toward an empirical and conceptual re-evaluation. *Psychological Bulletin*, 58, 459-490.
- YARROW, L.J. (1964). Separation from parents during early childhood. In M.L. Hoffman & L.W. Hoffman (Eds.). *Review of Child Development Research, Vol. 1*. New York: Russell Sage Foundation.

